





38 ► **Grade Horária 1º semestre 2018** – Comemorou que a Comissão de Horários e a Secretaria  
39 Acadêmica foram bem sucedidas na distribuição das salas de aula e tudo já estava organizado para a  
40 volta às aulas, apesar de esse tema ser objeto da Câmara de Graduação, a presidente quis  
41 compartilhar com o grupo maior. Então, ela concedeu a palavra ao Prof. Zorzenon que informou:  
42 ► **Curso de Direito** – Anunciou que a Comissão para Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso  
43 de Direito já estava encerrando seus trabalhos e iria apresentar a versão final para apreciação da  
44 Câmara de Graduação, que tradicionalmente indicaria pareceristas para estudarem e se manifestarem  
45 sobre o documento, Congregação, Conselho de Graduação e, por fim, Conselho Universitário.  
46 Alertou que, a depender dos encaminhamentos junto ao Ministério da Educação, era possível que em  
47 algum momento do próximo ano a discussão tivesse de ser acelerada de modo a alcançar os prazos  
48 estabelecidos pelo MEC. Nesse caso, explicou o professor, era possível que uma sessão  
49 extraordinária tivesse de, eventualmente, ser convocada. Retomando a palavra a presidente tratou:  
50 ► **Obra do campus Quitaúna** – Atritando o anúncio anterior à necessidade de espaço para  
51 melhor acomodação de todos, principalmente o curso de Direito a ser inaugurado, ela informou que a  
52 obra andava a passos lentos, apesar dos esforços de todos no sentido de captar recursos. Frisou que a  
53 Magnífica Reitora viajava à Brasília com bastante frequência para insistir nas necessidades da  
54 instituição e que havia muita gente empenhando esforços nesse mesmo sentido. No entanto, os  
55 recursos até o momento correspondiam a apenas 25% da obra e, assim, a programação que iniciara  
56 com previsão de 18 meses, já tinha sido esticada para 24 e, agora, para 36 meses. Destacou que cada  
57 avanço dependia de muita negociação. Finalizou dizendo que também convocaria sessão  
58 extraordinária no decorrer de 2018 para a Pró-Reitoria de Planejamento apresentar o andamento da  
59 construção que seguia sendo prioridade no âmbito da instituição, assim como a reforma do *campus*  
60 São Paulo, já quase finalizada, e de Diadema, em situação semelhante à de Osasco. Então, a Profa.  
61 Marina Yamamoto quis saber qual a previsão do curso de Direito, visto ser ela a presidente da  
62 Câmara de Graduação, primeira instância a se debruçar sobre tal PPC. O Prof. Zorzenon respondeu  
63 que, muito provavelmente, a apresentação aconteceria na reunião de fevereiro, destacando que o  
64 documento previa o compromisso de ter mais servidores no quadro do *campus* para o curso de  
65 Direito poder entrar em funcionamento, lembrando que isso figurara como condição quando da sua  
66 aprovação. A Profa. Luciana, então, corroborou a fala do Vice-Diretor dizendo que encaminharia  
67 resumo da reunião que tivera com a Magnífica Reitora sobre a demanda por mais docentes e TAEs  
68 como premência para atender aos compromissos do *campus*, antes mesmo da inauguração do novo  
69 curso e, repetiu que o próprio curso de Direito pressupunha uma estrutura maior e mais organizada  
70 para poder começar. Portanto, resumindo que a ampliação do quadro de servidores é imprescindível.  
71 A Profa. Luciana combinou com os conselheiros que, apesar da pauta extensa, fosse estabelecido  
72 como o teto o horário das 13h30min e, para tanto, contava com a colaboração e apoio de todos.  
73 Assim, ela concedeu a palavra a Sra. Juliana para os **Informes da Diretoria Administrativa:**  
74 ► **Confraternização** – A Diretora Administrativa reforçou o convite para a festa de  
75 confraternização organizada pelos próprios servidores e marcada para o dia 8, sexta-feira seguinte, a  
76 partir do meio-dia, naquele mesmo auditório. Justificou que o valor de contribuição distinto entre



77 servidores e outros tinha por objetivo viabilizar a participação de terceirizados e estagiários, cujos  
78 rendimentos são inferiores. Lembrou que a ideia daquele formato de confraternização nascera  
79 durante o II Workshop dos TAEs, realizado no último mês de outubro e, apesar da pouca  
80 antecedência, o evento estava sendo planejado com muito carinho por uma comissão de servidores.

81 ► **Recesso** – Reforçou o tema já tratado pela presidente, acrescentando que durante o período de  
82 recesso, de 23 de dezembro à 8 de janeiro de 2018, serviços e contratos estariam reduzidos ao  
83 máximo de forma a resultar em significativa economia das despesas do *campus*. Assinalou que os  
84 serviços de segurança e zeladoria estariam garantidos, sendo permitida a entrada nas instalações do  
85 prédio e, até mesmo, em salas de aula se for necessário. Então, ela projetou planilha para atualizar o

86 ► **Orçamento** – Explicou que o quadro em destaque já era familiar aos conselheiros mais antigos,  
87 detalhando que a LOA (aprovada para a Unifesp e divulgada pelo Ministério do Planejamento) de 64  
88 milhões de reais é aplicada da seguinte forma: são descontados 10% destinados à Reitoria e certo  
89 percentual destinado a “outros” (bolsas de auxílio e estágios). De acordo com conciliação cobrindo  
90 até final do mês de outubro/2017, tal proporção foi estimada em 6%. O saldo encontrado é então  
91 rateado entre os *campi*, sendo que o *campus* Osasco tem direito a 3,9% desse saldo (conforme  
92 pactuação datada do início do ano), significando 3,2% da LOA. Lamentou que a expectativa de  
93 receita no valor de 300 mil reais em forma de “Recursos Próprios” não tinha se concretizado.  
94 Declarou que até aquele momento fora recebido o montante de 2,168 milhões de reais, sendo 2,09  
95 milhões de recursos do tesouro e 77 mil de recursos próprios, não havendo mais qualquer previsão de  
96 entrada, a menos que se trate de algum remanejamento de do MEC ou liberação de limite de recursos  
97 próprios. Consoante o planejamento orçamentário realizado para o *campus* e, ainda, considerando o  
98 percentual pactuado e a suspensão das atividades no período de recesso, seria possível executar as  
99 despesas necessárias em 2017 e zerar o déficit de 2016. No entanto, devido à frustração de mais de  
100 409 mil de recursos, o saldo negativo do *campus* aumentou de 151 mil em 2016 para 325 mil reais  
101 em 2017. Mesmo procedidas reduções de contratos - que resultou em economia de 88 mil reais  
102 durante o ano de 2017 - não foi possível superar o corte de recursos. O *campus* foi informado durante  
103 no decorrer do mês de novembro/17 acerca da alteração do critério de repasse e sobre o **não envio**  
104 dos recursos próprios no mesmo volume dos anos anteriores, inviabilizando, assim, ações no sentido  
105 de adequação ao novo e preocupante cenário orçamentário. A Sra. Juliana assegurou que a ideia de  
106 moderação de gastos não é simplesmente reduzir por reduzir. Com pesar e a despeito das economias  
107 realizadas com muita consciência, a contadora declarou o aumento de 114% do déficit *campus*,  
108 mencionando que no ano de 2016 fora possível reduzir a dívida existente em 67%, em contrapartida  
109 a evolução da LOA no período demonstrado, já que em 2015 era de 62 milhões e foi ajustada em  
110 10% no ano de 2016 e, por fim, reduzida em 7% no ano de 2017. Também explanou que o  
111 orçamento recebido em 2017 (= custeio + verba RU) representa o menor orçamento recebido desde  
112 o ano de 2015. O qual, se comparado a 2016, registra redução de 15%. E, em comparação a 2015,  
113 revela encolhimento de 8%. Ela encerrou sua apresentação garantindo que o princípio contábil  
114 aplicado é o regime de competência, obrigatório na contabilidade pública. Ou seja, quaisquer  
115 despesas de um ano dizem respeito àquele mesmo exercício, pagas ou não dentro do mesmo ano.



116 A presidente complementou o informe dizendo que a Diretoria Administrativa se encarregaria de  
117 enviar por correio eletrônico a todos os membros o planejamento orçamentário estimado para o ano  
118 de 2018, o qual deveria ser analisado pelos conselheiros e seus pares de forma que logo em fevereiro  
119 a Congregação esteja apta a decidir sobre o planejamento anual. Nesse momento, o Sr. Ricardo  
120 Bertoldo questionou a redução no número de estagiários e pergunta se apenas a Biblioteca seria  
121 contemplada ou se a Secretaria Integrada também poderia se beneficiar com um estagiário para  
122 auxiliar no período noturno. A Profa. Luciana reitera que ainda não há decisão tomada e recomenda  
123 que todos analisem a proposta a ser encaminhada, confirmem os cálculos e as estimativas, que no  
124 momento apontam a contratação de apenas dois estagiários destinados à Biblioteca, e apresentem  
125 suas sugestões e colaborações. Encerrou sublinhando que os conselheiros analisem os custos do  
126 *campus* Osasco e estejam prontos para votar a proposta, ou contraproposta se for o caso, na reunião  
127 de fevereiro de 2018. Então, a Profa. Fabiana pediu permissão para dar informe da Câmara de  
128 Extensão e, já com a palavra, informou que o Edital 438 de Revitalização dos *Campi* da Unifesp teve  
129 duas propostas inscritas pelo *campus* Osasco: uma delas, protocolada pelos TAEs do NAE, diz  
130 respeito à destinação de espaço nos 1º e 2º andares para convivência dos alunos, prevendo a  
131 instalação de sofás e pufes para descanso, de forma a oferecer um ambiente mais agradável e  
132 aconchegante; e a outra, assinada pela Diretora Acadêmica, prevendo a cobertura de parte da área  
133 dos jardins, também com o intuito de oferecer conforto e aconchego para os estudantes). A CAEC  
134 emitiu parecer favorável para ambas, mas a comissão avaliadora deu maior nota para a proposta  
135 submetida pelo NAE, que acabou por ser contemplada. A Profa. Luciana ponderou que esta teria  
136 estar de acordo com as normas do prédio. Esclareceu que a Pirateria a havia convidado a participar  
137 do projeto, uma vez que a assinatura de um servidor é imprescindível. Destacou que tais projetos  
138 deveriam estar em consonância com as regras pré-estabelecidas dos *campi* e, portanto, recomendava  
139 que a proposta vencedora se alinhasse com as divisões administrativas, como infraestrutura,  
140 patrimônio e outros, de modo que sua execução não contrariasse outros setores. Encerrados os  
141 informativos, ela lembrou que no encontro anterior pairou a dúvida sobre o direito de as  
142 coordenações manterem assento naquele colegiado que se renovava. Então, na ocasião, ficou  
143 acordado que os coordenadores presentes poderiam participar daquela sessão e na reunião seguinte –  
144 confirmando-se que as coordenações não mais dispõem de assentos a partir da nova configuração –  
145 as decisões ora tomadas deveriam ser revalidadas. Assim, reconfirmando que somente a Câmara de  
146 Graduação teria assento na Congregação a partir da homologação do CONSU ocorrida em 10 de  
147 novembro, a Profa. Luciana consultou os membros e, não havendo qualquer objeção, **com**  
148 **apenas uma abstenção, procedeu-se a validação dos atos da reunião ordinária de 10 de**  
149 **novembro de 2017.** Então, a presidente deu sequência à pauta tratando, pois, do **EXPEDIENTE**  
150 - A Profa. Luciana consultou os membros sobre o documento que era simultaneamente  
151 projetado e com apenas quatro abstenções, **a ata da reunião de 10 de novembro de 2017 foi**  
152 **aprovada.** Logo em seguida, foi iniciada a **ORDEM DO DIA** que tratou da seguinte pauta:  
153 **(1) ESTÁGIO** - A presidente explicou que com a descentralização dos convênios de estágio, o  
154 modelo básico padrão de contrato tinha sido disponibilizado pelo setor de São Paulo responsável até



155 aqui, e, a partir de agora, a divisão de convênios, representada unicamente pelo servidor Sr. José  
156 Viana Júnior, trataria da documentação referente a esses acordos. Ela destacou que o servidor trata  
157 apenas dos contratos e que os demais trâmites acadêmicos ficavam a cargo das servidoras: Ana Paula  
158 Rocha Garcia Oliveira e Ana Paula Silveira Nascimento. Por fim, informou que restava apenas um  
159 único caso de aprovação *Ad Referendum* que carecia de homologação. **O documento que era**  
160 **projetado ao mesmo tempo em que foi colocado em votação e, por unanimidade de votos, o**  
161 **convênio com a empresa Mauricio Seussel – ME foi aprovado.** A presidente seguiu com o item:  
162 **(2) CALENDÁRIO 2018 - Reuniões Ordinária da Congregação** - A proposta de calendário foi  
163 projetada e analisada por todos os presentes. Ao final, **em regime de votação, por unanimidade dos**  
164 **votos, foi aprovada a seguinte programação: considerando a primeira sexta-feira de cada mês,**  
165 **salvo feriados, ficaram agendadas sessões ordinárias em 02 de fevereiro, 02 de março, 06 de**  
166 **abril, 04 de maio, 08 de junho, 06 de julho, 03 de agosto, 14 de setembro, 05 de outubro, 09 de**  
167 **novembro e 07 de dezembro de 2018.** E, colocado em votação o horário das sessões, **por maioria**  
168 **dos votos, ficou decidido que em 2018 as reuniões serão às 10 horas.** E, então, o Prof.  
169 Bueno solicitou inversão da ordem dos pontos de pauta para que o professor recém aprovado em  
170 concurso e que se encontrava na plateia pudesse ser liberado uma vez que comparecia apenas para  
171 acompanhar o ponto que tratava do seu pedido de remoção. A presidente alegou que já havia negado  
172 pedido semelhante apresentado pelo Prof. Osmany. O Prof. Murilo pediu a palavra para recordar que  
173 em sessão anterior, quando a presidente estava em férias e o Vice-Diretor conduzia os trabalhos, a  
174 Congregação tinha discutido o desconforto que alguns pedidos desse tipo causavam e que ficara  
175 combinado que essas solicitações deveriam ser votadas, uma vez que, em alguns casos, membros  
176 poderiam considerar injusta a inversão de pontos, liberando alguns enquanto outros cumpriam  
177 sessões prolongadas e exaustivas. O Prof. Osmany preferiu retirar o seu pleito, mantendo o seu  
178 assunto na ordem estabelecida previamente pela presidência. O Prof. Bueno, no entanto, manteve sua  
179 solicitação de adiantamento do ponto que, em regime de votação, foi aprovada por maioria dos votos,  
180 registrando-se duas abstenções e um voto contrário. Assim, a Profa. Luciana concedeu a palavra  
181 ao Prof. Bueno que, como chefe do departamento de Administração, tratou do item antecipado:  
182 **(5) REDISTRIBUIÇÃO - Pedido de Redistribuição para o Departamento de Administração -**  
183 Ele apresentou o **Prof. Dr. Durval Lucas dos Santos Junior**, ali presente, aos membros e discorreu  
184 sobre o único habilitado no concurso público da área de Administração, subárea Sistemas de  
185 Informação. Acrescentou que o referido docente já é servidor público na Universidade Federal de  
186 São Carlos e, no sentido de preservar a carreira já iniciada do colega, o Departamento já havia  
187 aprovado sua Remoção e submetia pedido à Congregação para igual procedimento. O Prof. Medina  
188 pediu a palavra para declarar o quão caro é o tema para a carreira docente. Ele testemunhou que a  
189 Associação dos Docentes recomendava garantir o reposicionamento dos docentes, apesar da aparente  
190 omissão da lei no tocante a esse tipo de situação. Acrescentou que o CONSU havia emitido parecer  
191 sobre esse direito legítimo e a Reitoria já cogitava prever tal procedimento em edital, de forma que o  
192 servidor não perca rendimentos. A presidente, então, corroborou a fala dos colegas dizendo que, a  
193 pedido de seu chefe no âmbito do Departamento de Administração, juntamente com o colega, Prof.



194 Dr. Luis Hernan, havia emitido parecer favorável ao referido pleito, após análise dos detalhes e do  
195 currículo do professor recém-aprovado em concurso do próprio *campus* Osasco. **Em regime de**  
196 **votação, com apenas duas abstenções, foi aprovada a redistribuição do Prof. Dr. Durval Lucas**  
197 **dos Santos Junior para o Departamento de Administração.** Então, retomou-se a ordem do dia:  
198 **(3) NORMATIVA PARA LICENÇA CAPACITAÇÃO** – Como representante do *campus* Osasco  
199 na CPPD, eleito pela Congregação após ter cumprido também mandato como representante da  
200 carreira de Professor Assistente na mesma comissão, o Prof. Emerson tomou a palavra para breve  
201 contextualização do tema e apresentação da proposta que estava sendo colocada em debate e,  
202 portanto, já aberta a sugestões. Ele explicou que, apesar de já haver uma normativa, a CPPD criou  
203 uma subcomissão, de acordo com as normas regimentais disponíveis na página do órgão assessor do  
204 CONSU no sítio da instituição, ao qual recomendou visita para apropriação do tema e do  
205 regimento, caso houvesse interesse. Continuou dizendo que os elaboradores entendiam que as  
206 políticas de afastamento poderiam ser mais flexíveis, pois, muitas vezes, os próprios docentes não  
207 entendiam com clareza as situações em que poderiam solicitar tal benefício, além das necessidades  
208 usuais de pós-doutoramento. Destacou a simplicidade da proposta, derivada de texto pré-existente,  
209 assinalando que a cada cinco anos o docente tem direito a se afastar por três meses para  
210 desenvolvimento profissional. Disse ser composta por nove artigos distribuídos em três capítulos  
211 sobre o que são e como funcionam as políticas de afastamento. Sublinhou o Artigo 2º, totalmente  
212 aberto às sugestões, uma vez que trata de novas possibilidades de afastamento para capacitação não  
213 atrelado ao pós-doutoramento. Citou como exemplo grupos de estudos baseados no exterior e/ou  
214 grupos de pesquisa. Nesse ponto, a Profa. Nena quis saber se tal proposta inclui também cursos *Lato*  
215 *Sensu*, ao que o Prof. Emerson respondeu afirmativamente, apesar de assinalar que os critérios para  
216 tal seriam diferentes daqueles dos cursos *Stricto Sensu*, além de todas as solicitações deverem ser  
217 avaliadas pelas chefias e pela própria CPPD. Chamou a atenção para os procedimentos similares aos  
218 demais formulários institucionais, que carecem de aval das chefias para as devidas justificativas,  
219 além da necessidade de comprovação quando do retorno do servidor. O professor encerrou dizendo  
220 que ainda havia certo prazo para que os colegas pudessem se familiarizar com o texto que,  
221 provavelmente, será finalizado somente em fevereiro. O Prof. Medina chamou à atenção para o  
222 Artigo 6º sobre a competência da CPPD de analisar o mérito das solicitações. Ele compartilhou que  
223 tal aspecto tinha sido objeto de tensas discussões na ADUNIFESP e item pautado em assembleia  
224 geral que contara com a presença maciça de pesquisadores, os quais tinham se mostrado preocupados  
225 com essa questão. Alegou que as agências de fomento quando concedem bolsas para estágios de pós-  
226 doutorado ou outras modalidades contempladas pela minuta de resolução, já analisam, através de  
227 seus capacitados quadros de avaliadores, o mérito dos projetos que, também, já foram averiguados no  
228 âmbito dos respectivos departamentos. Considerou arbitrária a qualquer manifestação da CPPD sobre  
229 os projetos acadêmicos e defendeu que a competência da comissão assessora do CONSU deveria se  
230 limitar aos procedimentos: a tramitação formal e os prazos. Registrou que a assembleia dos docentes  
231 manifestou à CPPD o entendimento sobre a necessidade de debate público abrangendo a comunidade  
232 de pesquisadores envolvida na questão e lamentou que a demanda da assembleia não tivesse sido



233 acolhida. Encerrou pedindo pela ampliação do diálogo sobre o tema em referência. Em seguida, foi a  
234 vez do Prof. Daniel Carvalho que, antes de abordar o item da pauta, se colocou à disposição dos  
235 conselheiros para esclarecimento de quaisquer dúvidas acerca do PPC do curso de Direito. Então,  
236 prosseguiu apontando a terminologia utilizada no parágrafo 2º do Art. 3º que, em sua opinião,  
237 deveria incluir os termos “professor visitante ‘júnior’ e ‘sênior’, assim como são considerados pela  
238 CAPES. Com a palavra, primeiramente, o Prof. Bueno agradeceu a anuência do assunto referente ao  
239 seu departamento, objeto de inversão da ordem da pauta e deliberado favoravelmente pelos  
240 conselheiros e seguiu fazendo sugestões de redação. Com referência ao enunciado do Artigo 1º,  
241 opinou que deveria constar claramente o pressuposto de que o afastamento é interesse da  
242 Administração, e não algo que “pode” ser do interesse da Administração. O professor se  
243 comprometeu a encaminhar por escrito tal sugestão e, ainda, enviar Nota Técnica 16/2015 da  
244 Secretaria de Gestão de Pessoas, órgão central do SEGEP, que poderia auxiliar os relatores de forma  
245 que os portadores do título de mestre que se encontram em doutoramento possam gozar de período  
246 de afastamento maior que 3 meses. Ele frisou que tais sugestões fazem coro com as demandas da  
247 assembleia citada pelo colega e visam a preservação do direito ao afastamento tanto para docentes  
248 como para TAEs e, ainda, no sentido de evitar impedimentos futuros por conta de detalhes.  
249 Retomando a palavra, a presidente quis saber se haveria prazo para coleta de sugestões. O Prof.  
250 Emerson concordou com a fala do Prof. Medina e com a necessidade de ampliação da discussão,  
251 citando que ele próprio tinha tido acesso a decretos que, juntamente com as contribuições ali  
252 colhidas, as quais ele agradeceu, seriam apresentadas à subcomissão elaboradora da normativa. Ele  
253 também destacou que as competências da CPPD eram determinadas no regimento, mas assegurou  
254 que os processos de afastamento eram primordialmente analisados pelos departamentos, cabendo à  
255 CPPD o trato das formalidades, como ficava bem claro na minuta em questão, cujo conteúdo versava  
256 basicamente sobre procedimentos. Encerrou dizendo que o documento tinha formato Word e, assim,  
257 passível de acréscimos e/ou alterações e, ainda, confirmou que, apesar de a subcomissão prever  
258 votação no dia 12 de dezembro, ele levaria a recomendação de que o assunto fosse postergado,  
259 oferecendo mais tempo para análise e encaminhamento de sugestões. A Profa. Luciana encaminhou  
260 que - **as sugestões já elaboradas deveriam ser imediatamente encaminhadas ao Prof. Emerson**  
261 **para que pudessem ser consideradas já em 12 de dezembro, quando a CPPD pretendia colocar**  
262 **o documento em votação. Devendo as demais contribuições ser enviadas até a quarta-feira,**  
263 **31/janeiro/2018, para apreciação da Congregação que se reunirá em 02/fevereiro/2018 - o que**  
264 **foi acatado pela maioria, registrando-se uma abstenção.** No entanto, o Prof. Bueno argumentou  
265 que, havendo a votação em 12/dezembro, a CPPD estaria contrariando a recomendação da  
266 Congregação Osasco. Então, o Prof. Zorzenon sugeriu **solicitação da Congregação à CPPD de**  
267 **adiamento da decisão até data posterior à sessão ordinária de 02/fevereiro quando o campus**  
268 **Osasco deliberaria sobre sua proposta revisada daquela normativa. O Prof. Medina**  
269 **acrescentou que, além do adiamento, fosse requisitada a promoção de amplo debate com a**  
270 **comunidade de pesquisadores, a quem o texto interessa em primeira instância. Os conselheiros**



271 foram unanimemente favoráveis a tais adendos. Por fim, a presidente declarou que o Prof.  
272 Emerson ficava convidado para a primeira reunião da Congregação em 2018 para retomada do tema.  
273 **(4) PIBIC/PIBITI/PIBIC-AF** - Em tom de agradecimento, a presidente informou que o Prof.  
274 Eduardo Luiz Machado vinha exercendo a função de representante do *campus* Osasco desde 2012,  
275 tendo participado ativamente das laboriosas tarefas daquela comissão que incluía a elaboração do  
276 regimento e, principalmente, a avaliação dos numerosos trabalhos inscritos pelos discentes. Ela  
277 louvou e registrou a dedicação do professor que se desligava da comissão para a qual consultou os  
278 membros sobre a melhor forma de votação. Os nomes dos três voluntários inscritos foram  
279 apresentados e os conselheiros receberam cédula para indicarem o nome de preferência, votando em  
280 apenas um dos candidatos(as). **Ao final, foram apurados 16 votos para a Profa. Dra. Luciana**  
281 **Rosa de Souza, 4 votos para o Prof. Ms. Luiz Augusto Finger França Maluf e 3 votos para a**  
282 **Profa. Dra. Pollyana de Carvalho Varrichio, de forma que os dois primeiros colocados foram**  
283 **indicados como representantes titular e suplente, respectivamente, do campus Osasco na**  
284 **Comissão PIBIC/PIBITI/PIBIC-AF.** A presidente encerrou o ponto encaminhando agradecimentos  
285 a todos os(as) candidatos(as), cumprimentando os novos indicados e saudando, uma vez mais, o  
286 Prof. Dr. Eduardo Machado que se despedia da função exercida por tão longo período. E, seguiu-se:  
287 **(6) REMOÇÃO - Pedido de remoção da Profa. Dra. Arlete Eni Granero para o**  
288 **Departamento de Administração** - Com a palavra, o Prof. Bueno lembrou que a docente ministra  
289 a disciplina Comunicação Organizacional no *campus* Osasco já há algum tempo, mencionando que  
290 ela havia encerrado o trabalho como Diretora do Departamento de Comunicação Institucional na  
291 Reitoria, onde tinha cuidado da elaboração do Plano de Comunicação Institucional, e então solicitado  
292 remoção para o Departamento de Administração, cujo procedimento se daria por remanejamento  
293 simples, de um departamento para outro, sem troca de vagas. Assinalou que a solicitação já havia  
294 sido analisada e aprovada pela comissão do Departamento de Administração, também mediante  
295 parecer favorável emitido por dois colegas e que a docente manteria a oferta das disciplinas com as  
296 quais já vinha trabalhando, lecionando para todos os cursos da Eppen. Também assegurou que toda a  
297 documentação necessária estava juntada para cumprir os trâmites pertinentes. Aproveitou para  
298 agradecer o inestimável auxílio da secretária da Congregação, Sra. Maristela, que havia cuidado dos  
299 documentos. A Profa. Luciana aproveitou para solicitar maior colaboração para com a secretária de  
300 modo que os pedidos de pauta fossem encaminhados com a documentação já organizada pelos  
301 secretários de cada setor, pois, repetiam-se situações em que requisições de pauta chegavam minutos  
302 antes do vencimento do prazo para inclusão e de forma inacabada. Ela também quis reconfirmar que  
303 a remoção não envolvia troca de vagas e saber qual o período envolvido, ao que o chefe do  
304 departamento garantiu se tratar apenas de remanejamento da docente de um departamento a outro e  
305 que o período era indeterminado, resumindo que a docente passaria a fazer parte do quadro de  
306 servidores lotados no *campus* Osasco. Esclareceu que a Profa. Arlete havia traçado um caminho  
307 parecido com o dele próprio, tendo sido redistribuída da UFF – Universidade Federal Fluminense





308 para a Reitoria e agora pleiteava remoção para o *campus* Osasco. **Estando todos esclarecidos sobre**  
309 **o pleito, a presidente colocou em votação e, com apenas uma abstenção, o pedido de remoção**  
310 **da Profa. Dra. Arlete Eni Granero para o Departamento de Administração foi aprovado.**

311 **(7) PROFESSOR VISITANTE - Contratação do Prof. Dr. Renan Gomes de Pieri para o**  
312 **Departamento de Ciências Atuariais** - O Prof. Danilo explanou que o seu departamento vinha  
313 tentando sem sucesso ocupar essa vaga. Mencionou que a principal barreira tinha se mostrado ser a  
314 remuneração, tendo em vista que o professor só poderia ser contratado por 20 ou 40 horas. A  
315 dedicação exclusiva não é permitida, tendo sido empecilho para a contratação de professor vindo da  
316 Itália. Esclareceu que, finalmente, comemoravam a concordância do Prof. Renan que absorve carga  
317 horária reduzida na FGV e cuja sólida formação e Plano de Trabalho (voltados tanto para a área  
318 econômica quanto para a Matemática Quantitativa) seriam muito úteis ao departamento inclusive  
319 para cobrir as disciplinas do Prof. Moyses, recém-empossado e já exonerado, além de auxiliar a pós-  
320 graduação. **Em regime de votação, com abstenção única, a contratação do Prof. Dr. Renan**  
321 **Gomes de Pieri como professor visitante do Departamento de Ciências Atuariais foi aprovada.**

322 **(8) LIVRE-DOCÊNCIA** - Estando ausente o coordenador da Câmara de Pós-Graduação e  
323 Pesquisa do *campus* Osasco, a presidente se encarregou de explicar que, periodicamente, a página  
324 virtual da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa abre as inscrições, para concursos de Livre  
325 Docência, por curtíssimos períodos. Dessa forma, em caso de aprovação do ponto, a documentação  
326 teria de ser imediatamente encaminhada à Pro-PGPq para seguir os demais trâmites. Acrescentou que  
327 apenas o Departamento de Relações Internacionais tinha decidido submeter pontos para tal tipo de  
328 concursos, enquanto os outros julgavam ainda não ser o momento para tal. Assim, a Profa. Luciana  
329 passou a palavra para a Chefe do Departamento de Relações Internacionais. A Profa. Fabiana, por  
330 sua vez, explanou que ao receberem a informação da Câmara de Pós sobre essa oportunidade,  
331 discutiram internamente, aprovaram a iniciativa e optaram por contemplar a área de Política  
332 Internacional, levantando os possíveis temas, elaborando e ajustando os pontos a serem cobrados no  
333 concurso e que eram projetados simultaneamente. A saber: 1 – Política Internacional na Guerra Fria:  
334 atores e processos; 2 – Política Internacional no Pós-Guerra Fria: atores e processos; 3 – Política  
335 Externa de Grandes Potências e nações emergentes; 4 – América Latina na Política Internacional  
336 Contemporânea; 5 – Oriente Médio na Política Internacional Contemporânea; 6 – África na Política  
337 Internacional Contemporânea; 7 – Teorias Clássicas das Relações Internacionais; 8 – Teorias  
338 Contemporâneas das Relações Internacionais; 9 – Política Externa Brasileira no Século XX; 10 –  
339 Política Externa e inserção internacional do Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI; 11 –  
340 Regimes e Organizações Internacionais; 12 – Integração Regional; 13 – Análise de Política Externa:  
341 método e avanços epistemológicos; 14 – Segurança Internacional na contemporaneidade:  
342 permanências e novos desafios; 15 – Novas formas de governança internacional no século XXI; 16 –  
343 Relações Sul-Sul: cooperação e desenvolvimento; 17 – Conceito e dimensões do terrorismo



Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Campus Osasco



ATA/CONG/01/12/2017/ORD.

344 internacional; 18 – Direitos Humanos e Relações Internacionais; 19 – Geopolítica Geral e do Brasil e  
345 20 – Paradiplomacia e governos subnacionais. O Sr. Ricardo Bertoldo quis saber se o assunto tinha  
346 sido pautado na CmPos, obtendo como resposta que apenas a ciência desta era suficiente. O Prof.  
347 Medina acrescentou que os temas tinham sido amplamente discutidos e substanciais contribuições  
348 foram colhidas, portanto, o produto ali apresentado era muito bem acabado, de forma que os  
349 candidatos teriam de demonstrar vasto conhecimento e profundo domínio da matéria. O Prof. Murilo  
350 mostrou-se admirado com os numerosos pontos de avaliação. O Prof. Zorzenon lembrou não ser  
351 aquele o primeiro pedido de abertura de concurso para livre docência e mantendo igual conduta do  
352 caso anterior, disse ainda não ter muita clareza sobre a maturidade do *campus* Osasco para oferecer  
353 tal laurea que - a despeito de favorecer a ascensão à titularidade, é uma titulação rara ainda mantida  
354 na Unifesp por força da tradição – não é necessária para a carreira docente. Destacou que a pós-  
355 graduação ainda engatinha, não tendo sequer um único doutor já formado e, assim, concluiu achar  
356 um tanto prematura a oferta desse tipo de concurso. A Profa. Fabiana ponderou que, apesar de curso  
357 de Relações Internacionais ter candidato(a) habilitado(a) para concorrer, o edital é aberto à ampla  
358 concorrência. O Prof. Medido defendeu que uma das mais relevantes conquistas da longa greve de  
359 2012 tinha sido o direito à titularidade que, sobretudo, diferencia as universidades federais das  
360 estaduais. Lembrou que tal titulação laureia a carreira dos professores que podem conquistar o título  
361 em universidades outras que não aquelas com as quais mantém vínculo empregatício, citando a  
362 colega ali presente, Profa. Nildes, que conquistara havia pouco o ..título/a láurea, na USP. Sublinhou  
363 o caráter público e aberto do concurso, mencionando que haver pelo menos duas pessoas internas  
364 capacitadas a concorrerem e assinalou que, muito além de uma conquista pessoal, havia que se  
365 considerar a questão como estratégica para a instituição. Concluiu defendendo a legitimidade do  
366 pleito que, independentemente do histórico breve do *campus* Osasco, tratava-se de uma possibilidade  
367 de reconhecimento do trabalho docente. O Prof. Danilo avaliou que a reflexão deveria ser mais  
368 aprofundada sobre a aptidão do *campus* para oferecer esse reconhecimento, bem como acerca do  
369 vínculo entre a livre-docência e a cátedra. A Profa. Nildes, por sua vez, reconheceu a capacidade do  
370 Departamento de Relações Internacionais para elaborar os pontos para o legítimo, porém, complexo  
371 concurso que exige muito amadurecimento para ser conduzido. A Profa. Fabiana respondeu que a  
372 questão da imaturidade da Eppen fora discutida no âmbito departamento e que exemplos de  
373 profissionais que trazem bagagem de outras instituições que já experimentam a plenitude são  
374 estímulos para a possibilidade de alavancar as pesquisas no campo das Relações Internacionais. Ela  
375 ponderou que o seu departamento apenas se encarregava de elencar os pontos de avaliação do  
376 concurso a ser encaminhado por uma comissão específica. A professora não descartou a cautela, mas  
377 julgou possível a construção de bases sólidas e promissoras para o futuro do *campus* Osasco. A  
378 Profa. Marina assinalou que a livre docência pressupõe excelência e complexidade, dessa forma, lhe  
379 parecendo crucial que a instituição deva estar preparada para tal para não por em risco sua própria



380 imagem. Por outro lado, ponderou que aguardar pelo momento ideal poderia ser demorado.  
381 Compartilhou que o curso de Ciências Contábeis, apesar de contar com pessoas amadurecidas,  
382 preferiu aguardar um pouco mais antes de lançar esse tipo de concurso e, assim, recomendava que a  
383 discussão sobre a estratégia do *campus* para essa questão fosse aprofundada. O Prof. Murilo sugeriu  
384 que os membros experientes da comissão específica fossem convidados para uma roda de  
385 esclarecimentos com a Congregação de forma a dissipar dúvidas sobre o caráter da livre docência,  
386 sua serventia e alegada função estratégica. Ele recordou que, à época que o caso anterior veio à baila  
387 e culminou sendo aprovado, ele exercia o cargo de Diretor Acadêmico e como tal procurou se reunir  
388 com a comissão para se inteirar do assunto. Relatou que acabou por entender que tal titulação prevê  
389 orientações de mestrado e doutorado, bem como captação de recursos e confiava que o Departamento  
390 de Relações Internacionais tivesse considerado todos esses aspectos de forma a não se expor  
391 inadvertidamente. Com a palavra, o Prof. Daniel Carvalho lembrou que os possíveis candidatos  
392 poderiam ser internos ou externos, sem distinção. Defendeu que a Eppen deveria pensar nos avanços  
393 possíveis, no fortalecimento das pesquisas de qualidade e no enraizamento da excelência e, dentro do  
394 possível, honrar os docentes heroicos que começaram a imprimir o caráter ousado do *campus*  
395 Osasco. A Profa. Luciana Rosa concordou com a sugestão de receber convidados que pudessem  
396 compartilhar o know-how, tendo em vista o desconforto que senti em votar um item para o qual tinha  
397 sido contrária anteriormente e ainda não se sentia totalmente esclarecida para mudar sua postura. O  
398 Prof. Zorzenon retomou a palavra para dizer que os argumentos do Departamento de Relações  
399 Internacionais eram bastante convincentes, no entanto, ainda esbarravam no empecilho do prazo.  
400 Aquele tema deveria ser aprovado na corrente sessão, para seguir os trâmites no mesmo dia, senão,  
401 só poderia tentar novamente no ano seguinte. A Profa. Luciana justificou ainda não estar convencida  
402 de que o *campus* teria suficiente estofo para conferir a livre docência. O Prof. Marcello Branco  
403 corroborou o interesse em ouvir os esclarecimentos da comissão, conhecer os detalhes e saber da  
404 experiência da Unifesp sobre essa temática. Não sendo possível elaborar uma proposta conciliatória  
405 que permitisse a aprovação dos pontos condicionando a execução do concurso à devida apropriação  
406 do tema e confirmação da Congregação após rodada de esclarecimentos, **a presidente consultou os**  
407 **membros em regime de votação e, assim, com seis votos contrários, cinco manifestações**  
408 **favoráveis e doze abstenções, os pontos para o concurso de livre docência da área de Política**  
409 **Internacional, do Departamento de Relações Internacionais foram indeferidos.** Então, diante  
410 da estupefação dos conselheiros causada pelo elevado número de abstenções, o Prof. Marcello  
411 Branco declarou que prevaleceu a maior minoria e a Profa. Marina completou não ter havido  
412 vencedores ou perdedores. Esgotado esse assunto, a Profa. Luciana tratou do ponto subsequente:  
413 **(9) SRI – Representação do *campus* Osasco na Comissão de Relações Internacionais da**  
414 **Secretaria de Relações Internacionais – SRI/Unifesp – Recondução ou escolha de substitutos**  
415 – A presidente explicou que os mandatos dos representantes, Prof. Espinosa e Prof. Hage, estão  
416 expirando. Apenas o Prof. Hage manifestou interesse em recondução e apenas outro nome precisaria



417 ser indicado. Ela acrescentou não haver necessidade de o(a) candidato(a) ser do curso de Relações  
418 Internacionais, tampouco docente. Nesse momento, a secretária se declarou disposta a assumir a vaga  
419 de suplente, o que agradou a todos os participantes. **Em regime de votação, os nomes do Prof. Dr.**  
420 **José Alexandre de Althayde Hage, com titular, e da Sra. Maristela Bencici Feldman, como**  
421 **suplente, foram unanimemente aprovados como representantes do campus Osasco na**  
422 **Comissão de Relações Internacionais da Secretaria de Relações Internacionais – SRI/Unifesp.**  
423 **(10) NORMATIVA da COMISSÃO de BANCAS** - Em razão do adiantado da hora, visto que o  
424 teto combinado já tinha sido atingido e levando em conta que algumas pessoas não tinham  
425 conseguido se manifestar a respeito dessa proposta de normativa, a presidente sugeriu formar  
426 pequena comissão que pudesse debater o assunto e apresentar versão final para votação na reunião  
427 subsequente. O Prof. Murilo opinou que as colaborações não deveriam ser tantas que justificassem a  
428 formação de comissão específica, entendendo que tendo apenas uma pessoa para recolher as  
429 sugestões já seria suficiente. O Prof. Daniel Carvalho, por sua vez, julgou prudente o  
430 aprofundamento de questões que, ainda que poucas, mereciam reflexão e, por terem o intuito de  
431 blindar ao máximo os concursos organizados por Osasco, deveriam ser bem alinhavadas às normas  
432 institucionais já existentes evitando incompatibilidade ou sobreposição de regras. O Sr. João Subires  
433 destacou que o assunto já vinha de reunião anterior na qual tinha sido solicitada uma proposta por  
434 escrito. Sublinhou que isso fora feito e que houve prazo para a manifestação dos demais, durante o  
435 período entre uma reunião e outra. Ele questionou se formar uma comissão para fazer aquilo que já  
436 tinha sido feito não seria uma forma de esticar o assunto demasiadamente. O Prof. Murilo entendeu  
437 que prosseguir com a discussão conforme previsto na sessão anterior e apresentar a proposta já  
438 elaborada pelos TAEs era uma possibilidade, apesar de estender a reunião por mais uma hora,  
439 aproximadamente. Alternativamente sugeriu pautar como primeiro item da reunião de fevereiro,  
440 apontando apenas uma pessoa para compilar as contribuições. Terminou por indicar o Prof. Daniel  
441 Carvalho que já tinha se oferecido para tal. O Prof. Zorzenon concordou com a proposta do Prof.  
442 Murilo de adiar a discussão, transferindo o ponto como primeiro da pauta de fevereiro de 2018.  
443 Justificou que, apesar de o documento ter sido redigido conforme instrução da última sessão  
444 ordinária, alguns elementos ainda precisavam de uma leitura mais cuidadosa e considerando que  
445 restava apenas um concurso para ser realizado em 2017, o qual seria presidido pela própria Diretora  
446 Acadêmica e, portanto, já ciente dais questões que requerem bastante cautela. **Consultados em**  
447 **regime de votação, os conselheiros foram unânimes em pautar o assunto como primeiro item**  
448 **da reunião de fevereiro de 2018, ficando o Prof. Daniel Carvalho responsável por colher as**  
449 **sugestões, colaborações e cuidar das verificações que julgasse pertinentes.** Vencidos todos os  
450 itens, a presidente aproveitou para reforçar o convite para o *brunch* de confraternização que  
451 aconteceria na sexta-feira seguinte, por volta do meio-dia. Agradeceu os trabalhos realizados durante  
452 o ano de 2017 e desejou a todos um bom final de ano, encerrando os trabalhos às 13h50min. Eu,  
453 Maristela Bencici Feldman, lavrei esta ata.





Ministério da Educação  
Universidade Federal de São Paulo  
Campus Osasco



ATA/CONG/01/12/2017/ORD.

---

471	_____	_____
472	Prof. Dr. Flavio Tayra	Prof. Dr. Francisco Carlos Fernandes
473	_____	_____
474	João Marcelino Subires	Profa. Dra. Karen Fernandez Costa
475	_____	_____
476	Profa. Dra. Luciana Rosa de Souza	Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho
477	_____	_____
478	Maria Rosa Carnicelli Kushnir	Profa. Dra. Miriam Christi Oishi Nemoto
479	_____	_____
480	Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto	Profa. Dra. Nildes Raimunda Pitombo Leite
481	_____	_____
482	Prof. Dr. Osmany Porto de Oliveira	Renato Campioni de Silos Ortega
483	_____	_____
484	Prof. Dr. Rodrigo Medina Zagni	Maristela Bencici Feldman

---